JUSTIÇA RESTAURATIVA E PROCESSOS CIRCULARES NO ENSINO FUNDAMENTAL II: CAMINHOS PARA HUMANIZAR, TRANSFORMAR E RESTAURAR AS RELAÇÕES

Ana Cláudia da Silva Félix1

Maria Sylvia Teixeira Rodrigues2

Tammy Marmol Gil Esteves3

Tercília Aparecida Carvalho4

RESUMO

O presente artigo propõe-se a discorrer a respeito da Justiça Restaurativa, entrelaçando seus critérios, pressupostos e diretrizes aos Processos Circulares, direcionados aos alunos do Ensino Fundamental II, das redes educacionais (municipal, estadual, particular) da cidade de Santos/SP. A Justiça Restaurativa (JR) traz a ressignificação da justiça, a releitura da punição através da responsabilização, a prevenção da violência e criminalidade, acarretando em um resultado de pacificação social. O Processo Circular é justamente a ferramenta para conectarmos esses indivíduos, compartilharmos histórias, quebrarmos paradigmas e possibilitarmos o restabelecimento das relações. Crianças e adolescentes podem e devem aprender a protagonizar suas ações de forma consciente e respeitosa, com autonomia e empatia e, só a partir da elaboração do autoconhecimento, da gentileza em saber escutar e da voz empoderada, é que formaremos adultos capazes de falar, agir e pensar sobre paz.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa; Processos Circulares; Crianças e adolescentes; Paz.

ABSTRACT

This article proposes to discuss Restorative Justice, interweaving its criteria, assumptions and guidelines with the Circular Processes, aimed at Middle School students from municipal, state and private schools in the city of Santos/SP. Restorative Justice (JR) brings the resignification of justice, the reinterpretation of punishment through accountability and prevention of violence and crime, which result in social pacification. The Circular Process is precisely the tool to connect these individuals, share stories, break paradigms and enable the reestablishment of relationships. Children and teenagers can and should learn how to lead their actions in a conscious and respectful way, with autonomy and empathy. It is only through the development of self-knowledge, kindness in knowing how to listen and empowering their voices that we will be able to form adults who are capable of speaking, acting and thinking about peace.

Keywords: Restorative Justice; Circular processes; Children and adolescents; Peace.

---

1 Pedagoga, Psicopedagoga e Supervisora de Ensino na Rede Municipal.

2 Psicóloga Escolar, Facilitadora da Justiça Restaurativa.

3 Bacharel em Direito, Psicopedagoga Clínica, Facilitadora da Justiça Restaurativa.

4 Pedagoga na Rede Particular de Ensino.

INTRODUÇÃO

Justiça Restaurativa é uma metodologia que possui um conjunto de princípios, diretrizes e ações que visa não só à solução de conflitos e quebra da violência, mas também o exercício de escuta, dialógico e elaboração de ideias, dentro de um processo colaborativo, orientado e amparado pela criatividade e sensibilidade dos facilitadores e especialistas. A proposta é empoderar a comunidade, com destaque para a responsabilização ativa de todos os que contribuíram para o dano, reparando e recompondo as relações sociais afetadas, cuidando para o compromisso da não reincidência. Howard Zehr , teórico basilar do assunto, professor na Universidade Eastern Mennonite – Centro para Justiça e Pacificação na Virgínia - afirma que "as práticas de negociação, restituição e reconciliação já eram vivenciadas nos tempos da Idade Média, período em que o crime era visto como uma ruptura, passível de reparação, de relações interpessoais, e não como uma infração à lei." (2008, p.95).

Alguns pesquisadores alegam ainda que, anterior a esse período, a Lei das Doze Tábuas (449 a.c.) indicava a penalidade, mas, em alguns casos, permitia que fizessem tentativas prévias de conciliação ao julgamento, e isso já seria um indicativo de que a Justiça Restaurativa já era utilizada, sem mesmo haver uma sistematização de seus princípios, métodos e diretrizes. Os estudos a respeito do tema começaram a ser intensificados a partir de 1970, em um contexto internacional, na cultura anglo-saxã, tendo suas primeiras experiências no Canadá e Nova Zelândia. No início, a busca era por soluções alternativas para os altos custos de manutenção do sistema prisional. Porém, em 1989, a Nova Zelândia adotou a Justiça Restaurativa como principal método de resolução de conflitos penais que envolviam crianças e adolescentes.

Mais tarde, surgiram as Conferências de JR da Nova Zelândia, que serviram de modelo para muitos projetos espalhados pelo mundo. 5 Professor de Sociologia e Justiça Restaurativa na Eastern Mennonite University, no graduate Conflict Transformation Program (curso de graduação Programa de Transformação de Conflitos) em HarrisonburgVirgínia, Estados Unidos, e codiretor do Center for Justice and Peacebuilding.

No Brasil, a sua inserção ocorreu há pouco mais de 10 anos. Em São Paulo, por exemplo, a JR tem sido utilizada nas escolas públicas e privadas, auxiliando na prevenção e diminuição

do agravamento de conflitos e cooperando para a convivência mais pacífica. No Rio Grande do Sul, a técnica é utilizada para auxiliar nas medidas socioeducativas cumpridas por jovens em conflito com a lei. Já no Distrito Federal, a implantação da Justiça Restaurativa foi direcionada para crimes de pequeno e médio potencial ofensivo, além de casos de violência doméstica. A grande diferença e motivação, para Howard Zehr (2017), em utilizarmos a Justiça Restaurativa como condição *sine qua non*, para a transformação cultural da ação punitiva para a restaurativa, é pararmos de questionar quais leis ou regras foram quebradas, quem fez aquilo e qual castigo merece. Precisamos mudar o foco, trocar as lentes e nos interessar em saber quem foi ferido na situação, quais as necessidades dos envolvidos, de quem é a responsabilidade e quem deve fazer parte do processo para solucionar o problema.

A Justiça Restaurativa existe para além dos processos legais. Existe para resgatarmos a boa convivência, para refletirmos e agirmos em favor das relações saudáveis, como repará-las quando danificadas e, também, como reconstruí-las. Existe para prevenirmos possíveis desvios de conduta, crimes, infrações de leis e regras, além dos danos físicos e emocionais. Importante salientar que a JR não implica o não cumprimento da pena tradicional, mas possibilita a aplicabilidade de forma concomitante, ou seja, ocorre juntamente com o estabelecimento da pena, o acordo de reparação de danos entre as partes. Porém, há casos em que não comportam práticas restaurativas e a solução tradicional deve ser aplicada.

Nós apresentaremos a atuação da JR por meio dos Processos Circulares, de forma mais lúdica, abordando a sua funcionalidade e efetivação entre crianças e adolescentes da rede educacional, com a utilização, inclusive, de dinâmicas, jogos e arte. De qualquer forma, em todos os casos em que aplicamos as técnicas da JR, faz-se necessário seguir as diretrizes para o bom andamento do Processo Circular, quais sejam, falar na primeira pessoa, comprometer-se com o sigilo e a confidencialidade, respeitar o objeto da palavra, não julgar, escutar e falar com afeto 7 e respeito, vivenciar os valores construídos, entregar aquilo que tem de melhor para o grupo e cuidar do tempo, já que todos têm direito a compartilhar seus sentimentos e necessidades, naquele momento.

Quanto aos princípios da JR, é necessário salientar a importância da horizontalidade entre os envolvidos, ou seja, todos encontram-se em nível de igualdade e pertencimento. Além disso, conta-se com a cooperação voluntária nos processos, reconhecimento dos anseios dos envolvidos por valores que todos têm em comum, respeito pelas fortes emoções experimentadas em situação de conflito e violência, empatia e responsabilidade de todos. Compreendendo a

intenção e a potência dos pilares nos quais a JR baseia-se, fica claro como esta se faz imprescindível em todas as ambiências e o quanto a sua aplicabilidade é capaz de revalidar relações, reconstruir pontes emocionais ou estancar feridas dolorosas.

1 O PROCESSO CIRCULAR COMO FERRAMENTA DA JUSTIÇA RESTAURATIVA

O Processo Circular é uma metodologia que oportuniza e estimula o diálogo, incentivando a reflexão e possíveis transformações por meio da construção de planos de ações. A inspiração para essa técnica foram os princípios das reuniões tribais de nativos/índios norte-americanos tanto do Canadá quanto dos Estados Unidos. As reuniões possuíam como primeiro e mais importante princípio, a igualdade e, exatamente por isso, reuniam-se em círculo, acreditando que a horizontalidade excluía a hierarquia, no sentido de supremacia. Além disso, os participantes conseguiam olhar para todos os outros com respeito e humildade. Os rituais dialógicos eram acompanhados pela honra aos ancestrais, às criações divinas, à mãe natureza, às produções artísticas desenvolvidas pelos integrantes da tribo, pelo cachimbo compartilhado ou outros objetos. Todos podiam mostrar seu dom, tinham vez e voz para compartilhar sentimentos e histórias e acreditavam que o círculo era um espaço sagrado e seguro. Ainda hoje existe uma classificação de importância para os indígenas.

Em 1º lugar está a mãe Terra, que é o sangue vital da vida; em 2º lugar estão as 8 plantas/florestas; em 3º lugar estão os animais; e em 4º lugar está a espécie humana. Isso porque nenhuma das três primeiras categorias dependem da espécie humana para sobreviver. Pelo contrário, somos nós quem precisamos das outras categorias.

Os Navajos, povo nativo da América do Norte, entendiam por “parentes” todas as criações, deixando como um de seus legados, a importância de cuidarmos de tudo e todos. Desejavam que entendêssemos que estávamos conectados globalmente e de que nada adiantava nos preocuparmos apenas com nossos familiares. Kaká Werá (2019), escritor, ambientalista e conferencista indígena brasileiro do povo Tapuia, fala sobre o reconhecimento de uma sabedoria imaterial que rege a floresta, que ensina a interdependência de todas as coisas e seres, inspirando modos de vida cooperativos ou colaborativos. Lembra que não somos donos da terra, mas sim filhos da terra. E a relação de interdependência é exatamente a consciência de que somos a junção daquilo que está fora e tudo que está dentro de nós. Quando conseguirmos enxergar isso, as relações desastrosas que o homem tem com a natureza e o próximo, poderão ser restabelecidas.

Outro grande ensinamento é que os indígenas passaram de geração para geração que, ao nascer, cada criança recebe 4 (quatro) dons. E Kaká esclarece que o papel dos pais, professores, educadores, é ajudar a descobrir quais são esses dons, pois assim as crianças saberão viver fazendo aquilo que sabem fazer de melhor, o que resultará em adultos responsáveis e felizes. Em uma mata não se compara uma árvore com outra, nem um pássaro com uma pedra ou até mesmo com outro pássaro.

Cada um existe por uma razão. E assim o ambiente é saudável. Por isso, a crença de termos que ajudar cada criança, cada ser humano a descobrir o seu melhor. Isso é pertencimento. Cada um é importante pelo o que de melhor faz, por aquilo que contribui. A cultura indígena enxerga tudo como um círculo em movimento. Isso porque acredita que tudo muda, constantemente. As coisas seguem um caminho e vão se alterando...e tudo retorna ao ponto de partida. E isso traz a ideia da chance do recomeço, de fazer melhor, de seguir e não ficar preso ao passado.

O Círculo nunca teve a intenção de trazer respostas, mas sim de oferecer reflexões e auxiliar cada um a encontrar a solução para suas necessidades, estender a mão compassivamente para quem precisa ou responsabilizar-se pelos seus atos. “As nossas raízes podem nos levar até o céu, de uma conexão maior com aquilo que há de mais profundo em nós mesmos, com as nossas potências mais luminosas.” (Kaká Werá).

E amparados por todos esses preceitos dos povos nativos, na década de 80, as tribos de Yukon (Canadá) e agentes da justiça criminal buscaram desenvolver laços mais fortes entre o modo de funcionamento das cortes e as tradições comunitárias desses povos. Assim, em 1991, o juiz canadense da Corte Regional de Yukon, Barry Stuart, introduziu os chamados Círculos de Sentenciamento como forma de compartilhar o processo de construção de justiça com as comunidades (PARKER, 2020).

Kay Pranis, pesquisadora norte-americana e educadora, baseando-se então, nos modelos das reuniões tribais, iniciou a aplicação dos Processos Circulares no Departamento Correcional de Minnesota (EUA) no ano de 1994. Trabalhou com as lideranças de estabelecimentos correcionais, da Polícia, dos Tribunais, de associações de bairro, comunidades religiosas e escolas desenvolvendo uma resposta abrangente ao crime e ao conflito, com base na Justiça Restaurativa. (https://www.palasathena.org.br/).

Kay sistematizou e organizou a aplicabilidade dos Processos Circulares, acreditando ser uma excelente ferramenta utilizada nas práticas restaurativas para estimular e restabelecer

diálogos, traçar estratégias em uma empresa, celebrar conquistas, acolher pessoas, incentivar a escuta, dialogar sobre temas em sala de aula, oportunizar reflexões coletivas/familiares/sociais/culturais, acolher perdas, dentre tantas outras infinitas possibilidades.

Não é preciso existir um conflito para se realizar um Círculo, de modo que o "Círculo Restaurativo" é apenas uma das várias espécies do gênero "Processos Circulares" ou dos "Círculos de Construção de Paz", assim nomeados por Kay. Nasceu em Nova York, nos Estados Unidos. Aplica os Círculos de Construção de Paz desde 1998 em escolas, prisões, locais de trabalho, igrejas e grupos de famílias. Além dos Estados Unidos, ministrou cursos sobre Justiça Restaurativa em países como Canadá, Brasil, México, Costa Rica, Itália e Japão.

Cabe ao Facilitador analisar qual tipo de Círculo poderá oferecer aos envolvidos, que deverão ser convidados e poderão aceitar ou não, já que a participação é consensual. Por isso, a importância da boa formação, do conhecimento a respeito dos princípios norteadores, criatividade e dedicação.

A pesquisadora e ativista continua atuante no desenvolvimento de Processos Circulares para o sistema judiciário, escolas, vizinhanças, famílias e empresas, dedicando sua vida à implantação dessa metodologia em todas as ambiências. "A cultura de paz necessita de mudanças diárias para podermos alcançar um bom resultado. Os círculos oferecem uma ferramenta prática para alcançarmos a necessária mudança, e para dar apoio à sustentabilidade, a longo prazo, dessas mudanças. A cultura de paz deve trabalhar no sentido de atender às necessidades de significado e de pertencimento, que são as mais básicas para o ser humano.

2 CAMINHOS PARA HUMANIZAR, RESTAURAR E TRANSFORMAR AS RELAÇÕES

Quando pensamos na dinâmica escolar, logo pensamos na palavra punição. Nossos pais, avós, bisavós sempre nos contaram a respeito da vivência educacional, relatando castigos e exigências sem qualquer respeito e equidade. Apanhar, ser humilhado, não ter vez nem voz, sofrer com a desvalorização do ser humano, faziam parte da topografia mencionada. Quebrar os paradigmas, assim como a repetição de ações aversivas e desrespeitosas, é algo bastante recente e que contou com teorias e filosofias motivadoras baseadas, acima de tudo, no respeito a todos.

Jane Nelsen, Lynn Lott e Stephen Glenn, em seu livro Disciplina Positiva na Sala de Aula trazem a seguinte reflexão: “De onde tiramos a ideia maluca de que para fazer uma pessoa ter um desempenho melhor é necessário, primeiro, fazê-la sentirse pior?”. A punição não educa, mas apenas coibi aquela ação/atitude temporariamente, levando o aluno a relacionar a ação punitiva àquele que a aplicou, facilitando a 11 culpabilização do outro e não revelando a verdadeira e necessária responsabilização pelo ato infracional, seja ele de efeito moral, físico ou psicológico.

Quando punimos, ativamos sentimentos negativos como a raiva, e o chamado efeito dominó, emerge. O aluno culpa o professor, desconta a frustração nos colegas, mostra-se resistente à assiduidade e frequência escolar e reverbera para outros contextos sociais a reação à punição.

O professor, em geral, sente-se malogrado, desmotivado, pois sabe que tais comportamentos voltarão a acontecer e a solução esperada, para aquele problema, não foi alcançada. O aluno continuará a não compreender a seriedade dos atos cometidos, negando a verdadeira e cabível autorresponsabilidade. Mas então qual será o caminho para alcançarmos a transformação de cenários como este?

Quando falamos em humanizar, significa, a priori, pensarmos e agirmos com benevolência e compassividade. E isso nada tem a ver com permissividade. Cumprir regras, compreender o valor das ações colaborativas, perceber as necessidades (nossas e do outro) e cultivar o diálogo como forma de construção de ideias e conexão, é o caminho para humanizarmos as relações. As práticas restaurativas, seus princípios e possíveis formas de inserção na rotina escolar, visam exatamente à percepção da empatia, regada à responsabilização e reparação do mal, não com o objetivo de punir, mas sim de conscientizar. Como exemplo de humanização social, a Nova Zelândia atua, em primeira instância, nas varas da infância e juventude, como medida respeitosa, “uma conferência restaurativa, sendo que a punição penal prescrita pelo Juiz fica reservada para as situações que não foram resolvidas satisfatoriamente através do processo restaurativo” (Disciplina restaurativa para escolas, 2018). A ideia não é oferecer o que o ofensor, aquele aluno malcriado merece, mas sim possibilitar o olhar das diferentes perspectivas no sentido de revelar as necessidades da vítima e as obrigações do ofensor, jogando luz na responsabilidade de todos os envolvidos.

Howard Zehr (2017) é bastante assertivo quando compartilha qual a melhor forma de abordarmos, restaurativamente, uma situação que já desorganizou as relações humanas. E

podemos começar utilizando perguntas balizadoras, no Processo Circular, como quem sofreu o dano, quais as suas necessidades, de quem é a obrigação de atendê-las, quais foram as causas, quem tem interesse na questão e qual o processo apropriado para envolver os interessados num esforço conjunto para corrigir a situação? Podemos, também, e isso seria o melhor a fazermos, utilizar a Justiça Restaurativa como um convite para atividade diária, a fim de conduzirmos reuniões em torno de vários assuntos, inclusive propostos pelos alunos, não precisando haver conflitos para a estimulação do pensar no que tange ao coletivo, às necessidades comunitárias. Isso é um chamamento para a humanização, pois trabalharemos temas diversos, incluindo discussões saudáveis e momentos de diversão ou de ações conjuntas.

Quando a benevolência e a consciência estiverem firmemente inseridas na vida, no caráter, na rotina daqueles alunos e profissionais, será inevitável iniciarmos um processo de restauração.

Marshall Rosenberg, no livro Comunicação Não Violenta (2018), é bastante didático ao explicar que “aprendemos muitas formas de comunicação alienante da vida que nos levam a falar e nos comportar de maneiras que ferem aos outros e a nós mesmos”. Se pensarmos especificamente no âmbito escolar, o educador, ao se comunicar com o aluno com consciência, sendo claro e honesto acerca dos seus sentimentos, passa a comunicar com o coração, isto é, com respeito e empatia, buscando entender suas necessidades e também dos educandos. A compaixão nos aproxima de quem somos sozinhos e de quem somos com o todo, abrindo portas dentro de nós para o mundo. E isso pode restaurar relações.

Restaurar é sinônimo de juntar, ligar, costurar, unir. E não significa que, ao escolhermos o caminho da compassividade, somos permissivos ou que reforçamos o comportamento inadequado do outro. Pelo contrário, ao trabalharmos pela união ou relação respeitosa entre os envolvidos no conflito, estamos colaborando para que aquele sentimento de “olho por olho, dente por dente”, do Código de Hamurabi, que PhD em Psicologia Clínica da Universidade de Wisconsin, desenvolveu a Comunicação Não Violenta, também conhecida como CNV, que busca a resolução de conflitos por meio de diversas práticas que estimulam a compaixão e a empatia. sugere uma punição do mesmo tamanho da ofensa, não tenha forças para superar a oportunização do exercício do perdão. Para alcançarmos o patamar da transformação pessoal, coletiva e social, é preciso passar pela reparação do dano e mergulhar na restauração das relações.

Um bom exemplo é a conduta da Tribo Maori, da Nova Zelândia, que desde seus antepassados já ensinava sobre a importância da compaixão e do respeito a todos os envolvidos no conflito. “Pela tradição Maori quando algum conflito surge, a tribo se reúne e senta-se em círculo para discutir os motivos do conflito e as necessidades que devem ser atendidas para reparação do problema e do dano causado.

Essa roda de conversa utilizada pelos indígenas constituía-se em um pedaço de madeira, um bastão, sendo passado de mão em mão, só falando a pessoa que está com ele, um refino de escuta, que não poderia ter interferência de ninguém enquanto aquele que estivesse com a palavra, o objeto na mão, não terminasse de falar.

Este procedimento do qual toda a comunidade Maori participava, era uma forma de diálogo, em que “vítima e o ofensor” eram chamados a se responsabilizarem pelo conflito e dano causado e pudessem repará-lo, trazendo novamente paz à tribo.” (Como nos relacionamos e nos comunicamos com as pessoas que nos importam é o primeiro sinal de como anda nossa habilidade de sermos compassivos e empáticos.

As pessoas se afetam num relacionamento quando não são escutadas e se sentem atacadas, procurando um culpado, julgando ou comparando, alimentando um tipo de comunicação no formato de violência, o que causa mais distanciamento entre os educadores e seus alunos. A Comunicação Não Violenta é algo que deve ser ensinado e aprendido, não só no seio familiar, mas também no contexto escolar. Não tem como pensarmos em transformação sem praticar a boa e assertiva comunicação.

O objetivo da CNV é facilitar a observação e o entendimento das pessoas que se comunicam, servindo para expressar as necessidades individuais e escutar e compreender as necessidades do outro. É um mergulho profundo em quem somos e 14 quem almejamos nos tornar.

Não existe lado certo ou errado, mas apenas valores e necessidades diferentes. Como instrumento importante para expressar sentimentos, relatos pessoais e pensamentos, sem precisar verbalizar uma palavra, a humanidade, desde sempre, utiliza a arte, que tem como funcionalidade maior, a representação daquilo que se vive.

A escola é o ambiente perfeito para estimularmos a produção artística, considerando ser lugar de aprendizagem, vivência de novas experiências sociais e espaço de diálogo. Foi pensando nisso, que as redes municipal, estadual e particular de ensino participaram de um concurso artístico, promovido pela Universidade Santa Cecília em parceria com o Núcleo de

Educação para a Paz da cidade de Santos, convergindo com a exposição das obras do artista gráfico peruano, Ivan Ciro Palomino.

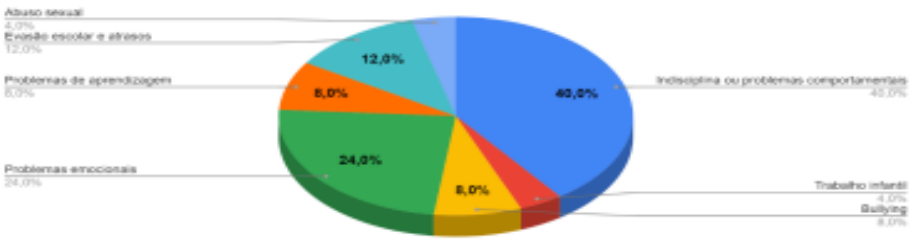
A proposta foi que as obras do referido artista, vencedor de um concurso promovido pela ONU (Organização das Nações Unidas), servissem de referência para que os alunos das escolas inscritas elaborassem um cartaz alusivo à Cultura de Paz. E o resultado foi surpreendente. Os alunos puderam falar com o coração a respeito daquilo que muito os aflige: a falta de diálogo e a indignação com a persistência do preconceito, da injustiça, da desigualdade e da relação desrespeitosa com a natureza. A arte, mais uma vez, fez seu papel de compartilhar aquilo que o coração sente.

Quando humanizamos o olhar, restauramos as relações e transformamos a nós mesmos, podemos garantir uma sociedade mais consciente e respeitosa.

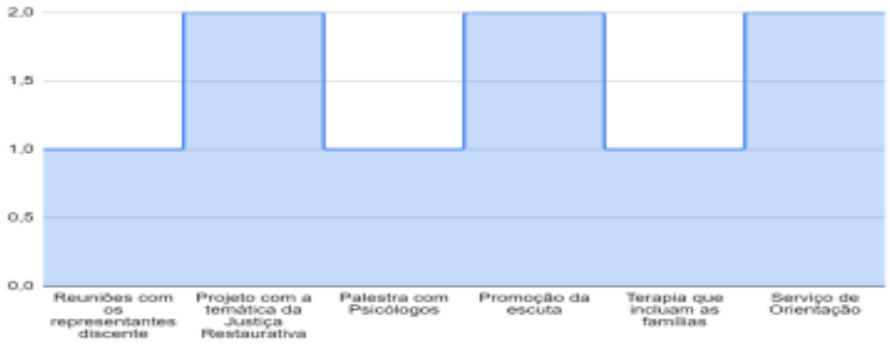
3 FONTE DE PESQUISA

Pesquisa realizada com os Orientadores Educacionais (OEs) da Rede Municipal de Ensino da Secretaria de Educação (Seduc) da Prefeitura Municipal de Santos (PMS).

- Quais os principais motivos que levam os alunos do Ensino Fundamental II a serem encaminhados para o Serviço de Orientação Educacional?



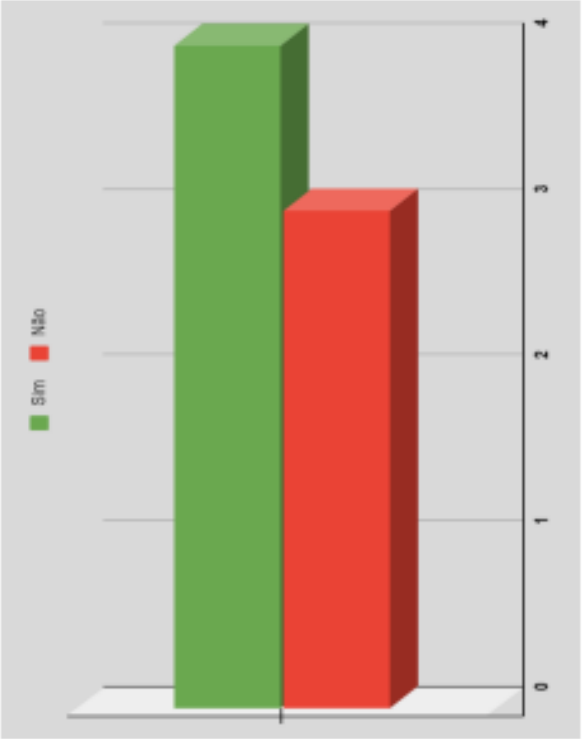
- Quais espaços de interlocuções devem existir dentro do ambiente escolar para a resolução de conflitos e dilema?



- Na sua opinião, quais as principais causas que levam os discentes a procurarem o Serviço de Orientação Educacional (SOE)?



- Você já participou de algum Processo Circular com a faixa etária unidade escolar?



4 ANÁLISE

Os Orientadores Educacionais pesquisados possuem experiência na atividade profissional que transita entre 2 a 15 anos. Observamos que há uma regularidade entre as causas de encaminhamento e procura do Serviço de Orientação Educacional (SOE) por parte dos aprendentes. Importante lembrar que os órgãos gestores precisam dar manutenção, enaltecendo e fortalecendo a formação profissional .

Conforme o observado na pesquisa em tela, as questões comportamentais e emocionais têm merecido uma atenção especial por parte do SOE. Causas como desarranjos familiares, conflitos entre os colegas (na escola) e a própria confiança no Orientador Educacional se mostram precípuos e potentes na procura pelo referido 17 serviço. Outro aspecto observado no cotejamento das arguições com os entrevistados é que a maioria possui alguma experiência com os círculos restaurativos.

Por fim, observa-se uma convergência na visão desses profissionais sobre a necessidade de um loco de interlocução e escuta atenta para esse público de adolescentes, pois nesses

espaços há um acolhimento de suas necessidades e anseios, trocas de experiências e a construção da identidade individual e coletiva.

A complexidade destes processos envolve ainda a questão dos mesmos estarem em interação, através de composições e oposições o que confere o caráter de semelhança e diferença tanto em relação a si mesmo, como na relação de cada um com os outros que guardam pequenas ou grandes semelhanças ou diferenças entre si. Esta totalidade pode representar um indivíduo, um grupo de pessoas, um conjunto de ideias." (Baptista, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola não é só um ambiente educacional de aprendizagem, que se preocupa exclusivamente com o conteúdo programático e a rigidez comportamental de que um ensina e o outro aprende. A escola é muito mais do que isso. É também no ambiente escolar que desenvolvemos muitas habilidades sociais, que criamos vínculos, que nos deparamos com conflitos e aprendemos a solucionálos. É onde fazemos amigos, adequamos comportamentos, criamos laços eternos e adquirimos a consciência da necessidade de transformarmos nossas atitudes para melhorarmos o mundo. Mas é, ainda, lugar de punição, e precisamos transformar isso, urgentemente. Isso porque a punição não mudará a emissão do comportamento violento, mas apenas diminuirá frente àquela pessoa que aplicou o castigo. E é nesse momento que nos damos conta de que punir não ensina, apenas condiciona.

A Justiça Restaurativa surge como um instrumento poderoso para alcançarmos os corações dos educadores e educandos, possibilitando a escuta afetiva, o autoconhecimento, o desenvolvimento de planos de ação de maneira 18 coletiva, a abordagem dos problemas/conflitos, o não julgamento e a responsabilização pelos atos, assim como as soluções. Kay Pranis e Carolyn Boyes-Watson (No coração da esperança: Guia de práticas circulares, 2011) relatam sobre o encorajamento através de outras pessoas no processo de dominar novas ações e adquirir habilidades, trazendo como reflexão o sentido da palavra "esperança". "Como seres humanos, nós temos a capacidade de reanimar e nutrir a esperança quando ela fraqueja. Nós fazemos isso através da nossa capacidade de compartilhar nossas experiências uns com os outros."

Levar para o seio escolar a esperança e a autonomia sobre os próprios destinos, suas escolhas e capacidade de enxergar uma nova forma de caminhar, munidos de empatia por si mesmo e pelo outro, significa certificar crianças e jovens de que existe uma rede de apoio pronta

para acolher suas necessidades, respeitosamente. E essa rede de apoio se estende ao corpo docente, tão carente da compaixão social.

Não podemos mais falar em habilidade socioemocional, inserir novos artigos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) para que a jornada educacional evolua ética, política e emocionalmente, sem praticar a escuta ativa, proporcionar o direito à vez e voz, conscientização dos próprios sentimentos e necessidades, responsabilização, além do exercício da empatia.

Os Processos Circulares, amparados pelos princípios da JR, são verdadeiramente essenciais para a quebra de velhos paradigmas e aprendizado de novas habilidades socioemocionais. Olhar para dentro é encorajar a responsabilização e a não culpabilização. É aprender a humanizar, restaurar e transformar as relações, estimulados por um instrumento vital para o equilíbrio social. “Para além das ideias de certo e errado, existe um caminho. Eu me encontrarei com você lá”.

REFERÊNCIAS

AMSTUTZ, Lorraine Stutzman; MULLET, Judy H. Disciplina Restaurativa para as escolas. São Paulo: Palas Athena, 2018 - (Série da reflexão à ação).

BATISTA, M. T. D. S. O Estudo de Identidades Individuais e Coletivas na Constituição da História da Psicologia. Memorandum, 2, 2002, p. 31-38.

BRANCHER, Leoberto. Apresentação. Em: PRANIS, Kay. Círculos de Justiça Restaurativa e de Construção de Paz: guia do facilitador. Porto Alegre: AJURIS RS, 2011.

EVANS, Katherine; VAANDERING, Dorothy. Justiça Restaurativa na educação: promover responsabilidade, cura e esperança nas escolas. São Paulo: Palas Athena, 2018 - (Série da reflexão à ação).

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 25. ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2002. http://justicarestaurativa.com.br/portal/index.php/o-que-e-justica-restaurativa/osurgimento-da-justica-restaurativa https://esmec.tjce.jus.br/kay-pranis-a-justica-restaurativa-serve-para-lembrar-quemnos-realmente-somos/ https://www.leisedireitos.com.br/justica-restaurativa/ https://www.todamateria.com.br/lei-das-doze-tabuas/ PRANIS, Kay. Círculos de Justiça Restaurativa e de Construção de Paz: guia do facilitador. Porto Alegre: AJURIS RS, 2011.

PRANIS, Kay; WATSON, Carolyn Boyes. No coração da esperança: Guia de práticas circulares. Porto Alegre: AJURIS RS, 2011.

ROSENBERG, Marshall B. Comunicação Não Violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.

ZEHR, Howard. Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008